Folha de S. Paulo

15/6/1984

Sabesp volta a negociar com empregados

As negociações entre representantes da Sabesp e de seus funcionários, suspensas há 15 dias, foram reabertas ontem. Numa reunião de quatro horas e meia, na Secretaria do Trabalho e intermediada por Plínio Sarti, diretor do Departamento de Atividades Regionais da Secretaria, os representantes da empresa concordaram em conceder quatro pontos, dos chamados "itens econômicos", da pauta de reivindicações dos trabalhadores. Os mais importantes, porém, como o índice de reajuste e a estabilidade no emprego, têm pouquíssimas possibilidades de concessão. Na próxima terça-feira, às 15 horas, haverá nova reunião no prédio da Secretaria.

Os representantes da Sabesp concederam os seguintes pontos: redução da jornada de trabalho de 48 para 45 horas semanais; readmissão, "se houver vagas", de três empregados demitidos "por motivos políticos" na administração anterior; gratificação para quem dirigir; gratificação de férias: Cr\$ 200 mil, mais 10% da diferença para quem ganha até Cr\$ 150 mil, mais 10% da diferença para quem ganha acima disso.

Natanael de Azevedo, diretor administrativo da Sabesp, afirmou ontem que há pouquíssimas possibilidades de a empresa aceitar os outros "itens econômicos" da pauta de reivindicações dos trabalhadores. Eles querem, por exemplo, 74,3% de aumento, mas a empresa só concorda em dar 100% do INPC de maio (70,1%) a quem ganha até três salários mínimos e 85% disso a quem ganha mais. Um abono de emergência de 3,5 % está descartado. Estabilidade no emprego também: a empresa comprometeu-se a manter o nível de emprego, com um índice de tolerância de 0,5% de possíveis dispensas.

A empresa não concorda também em estabelecer um piso salarial de 3,5 salários mínimos. Segundo Azevedo, a Sabesp "não quer criar a figura do piso porque amanhã eles pedem outras coisas em cima disso". Reajuste trimestral nem se fala: "A Sabesp está administrando um déficit de Cr\$ 36 bilhões e não pode repassar isso para o usuário. Não poderemos repassar também reajustes trimestrais. Não queremos enfrentar grandes clamores populares como o de Guariba", disse.

(Primeiro Caderno — Página 18)